

COLEGIADA



JUCESP PROTOCOLO
791420/05-0



DEBÊNTURE

ESCRITURA PARTICULAR DA 4ª EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE
ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA FERTIBRÁS S.A.

Pelo presente instrumento, as partes:

(a) **FERTIBRÁS S.A.**, companhia aberta com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida Henry Ford, n.º 803, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 61.442.109/0001-73, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a "Emissora");

(b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 04, Sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão ("Debenturistas" ou, individualmente "Debenturista"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário"); e

na qualidade de interveniente anuente:

(c) **BENSPAR S.A.**, companhia com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida Henry Ford, n.º 803, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 61.288.916/0001-83, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Benspar");

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar a presente Escritura Particular da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, da Emissora ("Escritura de Emissão"), que será regida pelas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 26 de setembro de 2005 (a "AGE") e da Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 27 de setembro de 2005 ("RCA").



1.2. A AGE delegou ao Conselho de Administração da Emissora poderes para deliberar sobre as condições de que tratam os itens VI a VIII do art. 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, (a “Lei das Sociedades por Ações”), inclusive modificando tais condições do modo que julgar mais conveniente, bem como para deliberar o cancelamento de Debêntures quando for o caso.

1.3. A RCA deliberou, com base nos poderes delegados pela AGE, sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

1.4. O Conselho de Administração da Emissora ratificará, após a conclusão do processo de *bookbuilding*, a taxa final de remuneração aplicável às Debêntures.

Cláusula Segunda – DOS REQUISITOS

A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

2.1.1. A Emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) na forma da Lei n.º 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003 (“Instrução CVM n.º 400/03”) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

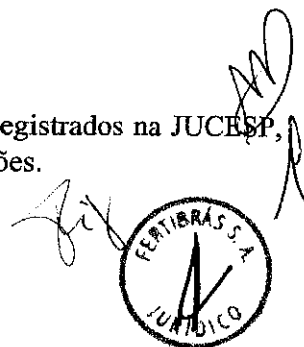
2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação da Ata da AGE e da Ata da RCA

2.2.1. A ata da AGE será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP (a “JUCESP”) e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico. A ata da RCA será arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico.

2.3. Registro da Escritura de Emissão

2.3.1. A presente Escritura de Emissão e seus aditamentos serão registrados na JUCESP, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Registro das Garantias



2.4.1. O Contrato de Penhor de Ações (conforme definido abaixo), pelo qual foi formalizada a garantia real mencionada no item 4.21. da Cláusula Quarta abaixo, será registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de Osasco e São Paulo, sendo o penhor das ações devidamente averbado nos livros da sociedade emissora das ações objeto do penhor e/ou da instituição custodiante das ações objeto do penhor, conforme o caso, nos termos do disposto no artigo 39, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.

2.4.2. O Contrato de Penhor de Dividendos (conforme definido abaixo) a que se refere o item 4.22. da Cláusula Quarta abaixo será registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de Osasco e São Paulo, sendo o penhor de 2º grau do direito de recebimento de dividendos devidamente averbado nos livros da sociedade emissora das ações e/ou perante a instituição custodiante das ações cujos dividendos sejam objeto do penhor ora referido, conforme o caso, nos termos do disposto no artigo 100, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.5. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento

2.5.1. A Emissão das Debêntures será registrada na Associação Nacional dos Bancos de Investimento (a “ANBID”), no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de concessão do respectivo registro pela CVM, em atendimento ao Código de Auto-Regulação da ANBID (“Código ANBID”) para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários.

2.6. Registro no Sistema BOVESPA FIX, no Sistema de Distribuição de Títulos e no Sistema Nacional de Debêntures

2.6.1. As Debêntures serão registradas para (i) colocação no mercado primário no Sistema de Distribuição de Títulos (“SDT”), administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Financeiro (“ANDIMA”), e operacionalizado pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação (“CETIP”), observados os procedimentos de compensação e liquidação da CETIP e (ii) negociação no mercado secundário no Sistema Nacional de Debêntures (“SND”), administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP e/ou no Sistema de Negociação BOVESPA FIX (“BOVESPA FIX”), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA (“BOVESPA”), sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas, conforme o caso, na CETIP ou na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (“CBLC”).



Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Séries

3.1.1. A Emissão será realizada em uma única série.

3.2. Valor Total da Emissão

3.2.1. O valor total da Emissão será de R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais).

3.3. Quantidade de Debêntures

3.3.1. Serão emitidas 9.000 (nove mil) Debêntures.

3.4. Destinação de Recursos

3.4.1. Os recursos obtidos por meio da Emissão destinar-se-ão ao pagamento de dívidas de curto prazo da Emissora, relacionadas a capital de giro e/ou financiamentos de importação, nas respectivas datas de vencimento.




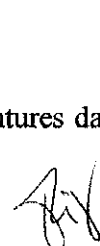
3.5. Limite da Emissão

3.5.1. A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, tendo em vista que as Debêntures contam com garantia real no valor, na Data de Emissão (conforme abaixo definida), de R\$ 129.021.945,62 (cento e vinte e nove milhões, vinte e um mil, novecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e dois centavos) equivalente a, no mínimo, 130% (cento e trinta por cento) do valor total das Debêntures, na Data de Emissão.

3.6. Número da Emissão

3.6.1. Esta Escritura de Emissão representa a quarta emissão de debêntures da Emissora, sendo a terceira distribuição pública.

3.7. Banco Mandatário e Agente Escriuradôr



4

3.7.1. O Banco Mandatário e Agente Escriitador da Emissão será o Banco Itaú S.A. ("Banco Mandatário").

Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação e Procedimento de Distribuição

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para colocação por meio do SDT, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP, segundo plano de distribuição elaborado pelo coordenador líder da distribuição das Debêntures, nos termos da Instrução CVM n.º 400/03.

4.1.2. Será realizada coleta de intenção de investimento, nos termos do artigo 44 da Instrução CVM n.º 400/03. Referida coleta de intenção de investimento somente terá início após o protocolo do pedido de registro de distribuição na CVM, da divulgação do prospecto preliminar, e da publicação do aviso ao mercado previsto no artigo 53 da Instrução CVM n.º 400/03.

4.1.3. A distribuição pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro da Emissão pela CVM e da publicação do anúncio de início de distribuição das Debêntures e a disponibilização do prospecto definitivo da Emissão, nos termos da Instrução CVM n.º 400/03.

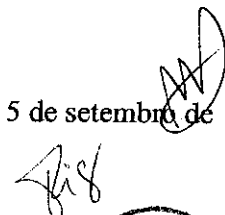


4.2. Negociação

4.2.1. As Debêntures serão registradas para negociação junto (i) ao SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP e/ou (ii) ao BOVESPA FIX da BOVESPA, sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas, conforme o caso, na CETIP e na CBLC.

4.3. Data de Emissão

4.3.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 5 de setembro de 2005 (a "Data de Emissão").

4.4. Valor Nominal Unitário das Debêntures



5 

4.4.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) (o “Valor Nominal Unitário”).

4.5. Forma e Conversibilidade

4.5.1. As Debêntures serão da forma nominativa, escriturais e não conversíveis em ações da Emissora.

4.5.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será expedido pelo SND o “Relatório de Posição de Ativos” acompanhado de extrato em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia desses títulos quando depositados no SND. Para as Debêntures depositadas na CBLC será emitido, pela CBLC, extrato de custódia em nome do Debenturista.

4.6. Espécie

4.6.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real, constituída nos termos do item 4.21. desta Cláusula Quarta.



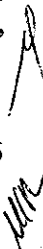
4.6.2. Como garantia adicional às Debêntures, foi celebrado o Contrato de Penhor de Dividendos entre a Emissora, a Benspar e o Agente Fiduciário, conforme descrito no item 4.22. desta Cláusula Quarta.

4.7. Prazo e Vencimento

4.7.1. As Debêntures terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos, vencendo, portanto, em 5 de setembro de 2010 (a “Data de Vencimento”), ocasião em que a Emissora obriga-se a proceder à liquidação das Debêntures que ainda se encontrarem em circulação, pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração de que trata o item 4.8. desta Cláusula Quarta, calculada *pro rata temporis*, a partir da última data de pagamento da referida remuneração.

4.8. Remuneração

4.8.1. As Debêntures farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário não amortizado,




6

e estabelecidos com base na taxa média dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal “Gazeta Mercantil”, edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação (a “Taxa DI”), acrescida exponencialmente de *spread* a ser definido em procedimento de *bookbuilding*, observada a taxa máxima de 1,55% (um inteiro e cinquenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias (o “Acréscimo sobre a Taxa DI”, sendo a Taxa DI e o Acréscimo sobre a Taxa DI, em conjunto, referidos como a “Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures desde a Data de Emissão, ou da data de vencimento do último Período de Capitalização (definido no item 4.8.3. abaixo), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = \{VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]\},$$

onde:

J = valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização (conforme definido no item 4.8.3. abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

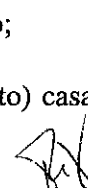


Fator DI = produtório das taxas DI Over, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

n_{DI} = número total de taxas DI Over, sendo n_{DI} um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{dk}{252}} - 1,$$

onde: $k = 1, 2, \dots, n$

DI_k = Taxa DI Over divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

dk = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da taxa DI Over, sendo "dk" um número inteiro;

FatorSpread = calculado conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \frac{spread}{100} \cdot \left(1 + \frac{n}{N} \cdot \frac{DP}{DT} \right)$$

onde:

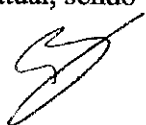
spread = spread ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais a ser definido em procedimento de *bookbuilding*, observado o limite disposto no item 4.8.1;

N = número de dias representativo do spread, ou seja, 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, sendo "N" um número inteiro;

n = o número de dias úteis entre a próxima Data de Pagamento de Remuneração e a Data de Pagamento de Remuneração anterior, sendo "n" um número inteiro;

DT = é o número de dias úteis entre a última e a próxima Data de Pagamento de Remuneração, sendo "DT" um número inteiro; e

DP = é o número de dias úteis entre a última Data de Pagamento de Remuneração e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.





4.8.1.1. Ao final do procedimento de *bookbuilding*, o Conselho de Administração da Emissora ratificará o Acréscimo sobre a Taxa DI que será aplicável às Debêntures, bem como será celebrado aditamento à presente Escritura de Emissão.

4.8.2. A Remuneração será devida semestralmente, a partir da Data de Emissão, nas datas definidas no item 4.8.5. abaixo (cada data de pagamento da Remuneração, uma “Data de Pagamento de Remuneração”). Na hipótese de negociação de Debêntures em qualquer Data de Pagamento de Remuneração, o valor referente à Remuneração será devido aos Debenturistas que, no fechamento do dia útil anterior à Data de Pagamento de Remuneração em questão, estiverem registrados nos Sistemas BOVESPA FIX ou SND ou no Banco Mandatário, conforme o caso.

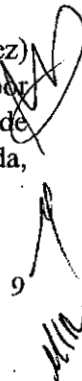
4.8.3. O período de capitalização da Remuneração (o “Período de Capitalização”) é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, e termina no dia imediatamente anterior à primeira Data de Pagamento de Remuneração e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento de Remuneração, inclusive, e termina no dia imediatamente anterior à Data de Pagamento de Remuneração subsequente.

4.8.4. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.8.5. O pagamento da Remuneração das Debêntures será realizado semestralmente, no dia 5 dos meses de março e setembro de cada ano, até a data de Vencimento, sendo o primeiro pagamento da remuneração devido em 5 de março de 2006.

4.8.6. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora relativas à Emissão não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

4.8.7. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos, ou impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures, por previsão legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada,



convocar Assembléia Geral de Debenturistas (na forma e prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures a ser proposto pela Emissora.

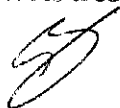
4.8.8. Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em Circulação (conforme definido no item 7.8. abaixo) ou na hipótese de falta de quorum para deliberação sobre a matéria, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

(i) A Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer primeiro. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem adquiridas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente. As Debêntures adquiridas pela Emissora nos termos deste subitem (i) serão canceladas; ou

(ii) A Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em Circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures. Nesta alternativa, durante o prazo de amortização das Debêntures, (i) todos os titulares de Debêntures receberão pagamento na mesma proporção e (ii) a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida no item 4.8.5. desta Cláusula Quarta, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de Remuneração definida pelos Debenturistas e apresentada à Emissora na referida Assembléia Geral de Debenturistas. Caso a respectiva taxa de Remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias.

4.9. Repactuação

4.9.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação.



10

MM

4.10. Amortização

4.10.1. As Debêntures serão amortizadas em 6 (seis) parcelas iguais, semestrais e sucessivas a partir do 30º mês, inclusive, a contar da Data de Emissão, de acordo com o seguinte cronograma (a “Amortização” ou as “Amortizações”): (a) 16,66% do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 5 de março de 2008; (b) 16,66% do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 5 de setembro de 2008; (c) 16,66% do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 5 de março de 2009; (d) 16,66% do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 5 de setembro de 2009; (e) 16,66% do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 5 de março de 2010; e (f) o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 5 de setembro de 2010.



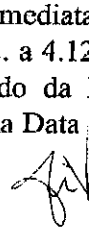
4.10.2. Na hipótese de negociação de Debêntures em qualquer data de pagamento de parcelas de amortização, o valor referente à parcela da amortização será devido aos Debenturistas que, no fechamento do dia útil anterior à data de pagamento em questão, estiverem registrados nos Sistemas BOVESPA FIX ou SND ou no Banco Mandatário, conforme o caso.

4.11. Aquisição Facultativa

4.11.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, por preço não superior a seu Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no parágrafo segundo do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações. Nesta hipótese, as Debêntures que eventualmente vierem a ser adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado.

4.12. Vencimento Antecipado

4.12.1. São considerados eventos de vencimento antecipado, sujeitos à declaração, pelo Agente Fiduciário, do vencimento antecipado das Debêntures e da imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, observado o disposto nos itens 4.12.2. a 4.12.5. abaixo, do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento



da Remuneração, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial à Emissora, quaisquer das seguintes ocorrências:

(a) não pagamento pela Emissora das Amortizações ou da Remuneração ou de quaisquer outros valores devidos em razão das Debêntures nas respectivas datas de pagamento e/ou vencimento, não sanado no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

(b) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, cujo valor unitário ou global não pago ultrapasse R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis de sua ocorrência;

(c) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, excluídas as obrigações de natureza pecuniária, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário, sendo certo que o prazo de 30 (trinta) dias para a regularização do descumprimento de qualquer obrigação da presente Escritura de Emissão não será aplicável às demais hipóteses de vencimento antecipado previstas nesta Cláusula Quarta;

(d) apresentação de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou qualquer procedimento análogo, judicial ou extrajudicial, formulado pela Emissora, seus acionistas controladores e/ou por qualquer de suas controladas;

(e) pedido de auto falência da Emissora, de seus acionistas controladores e/ou de qualquer de suas controladas e/ou pedido de falência da Emissora, de seus acionistas controladores e/ou de qualquer de suas controladas que não seja indeferido no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data do pedido de falência;

(f) liquidação, dissolução, extinção da Emissora, de seus acionistas controladores e/ou de qualquer de suas controladas (salvo se por motivo de reorganização societária envolvendo a Emissora, seus acionistas controladores e qualquer de suas controladas) ou decretação de falência da Emissora, de seus acionistas controladores e/ou de qualquer de suas controladas;



12



(g) vencimento antecipado ou inadimplência no pagamento de qualquer dívida da Emissora, em montante individual ou agregado superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

(h) não manutenção pela Emissora dos Índices e Limites estabelecidos no item 5.4. da Cláusula Quinta abaixo;

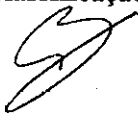
(i) implementação de qualquer forma de reorganização societária que resulte na transferência a outra sociedade de parcela de ativos da Emissora no valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se por motivo de reorganização societária envolvendo exclusivamente a Emissora, seus controladores e suas controladas, e desde que tal transferência não afete a capacidade da Emissora de cumprir com as suas obrigações pecuniárias nos termos desta Escritura de Emissão. Na hipótese de não ocorrência de vencimento antecipado das Debêntures nos termos desse item (i), qualquer operação de incorporação, fusão ou cisão da Emissora, durante o prazo de vigência das Debêntures, (a) dependerá de prévia aprovação dos Debenturistas, reunidos em assembléia especialmente convocada para esse fim, nos termos do caput do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações ou (b) ensejará o direito de resgate pelo Debenturista das Debêntures de sua titularidade, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;

(j) o descumprimento de qualquer das obrigações estabelecidas no Contrato de Penhor de Ações de que trata o item 4.21. abaixo e/ou no Contrato de Penhor de Dividendos de que trata o item 4.22. abaixo;

(k) o pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio se a Emissora estiver em mora relativamente ao pagamento de quaisquer das obrigações pecuniárias devidas em virtude das Debêntures;

(l) não conversão do penhor de direitos de recebimento de Dividendos de 2º grau para penhor de 1º grau, nos termos do Contrato de Penhor de Dividendos; e

(m) alienação do controle acionário da Emissora se, em análise realizada imediatamente após a conclusão da transação que resultou na alienação do controle da Emissora, a agência de classificação de risco responsável pela elaboração do *rating* da Emissão concluir que a alteração do controle da Emissora acarretou redução da classificação de risco da Emissão.



13



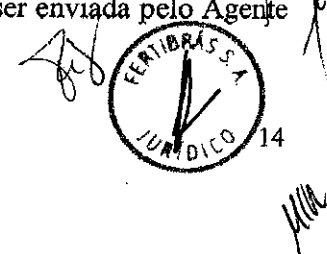
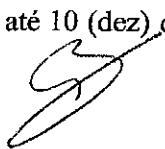
4.12.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens (a), (d), (e) e (f) do item 4.12.1. acima acarretará o vencimento antecipado das Debêntures, independentemente de qualquer aviso ou notificação.

4.12.3. Quando da ocorrência dos eventos previstos nos subitens (b), (c), (g), (h), (i), (j), (k), (l) e (m) do item 4.12.1. acima, e respeitados os prazos ali estipulados, a Emissora, o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido) poderão convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, Assembléia Especial de Debenturistas para solicitar a renúncia dos Debenturistas ao direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures. A Assembléia de Debenturistas aqui tratada deverá se realizar no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data de publicação do edital relativo à primeira convocação, ou no prazo máximo de 8 (oito) dias a contar da data de publicação do edital relativo à segunda convocação, se aplicável, sendo que na hipótese de segunda convocação o respectivo edital deverá ser publicado no primeiro dia útil imediatamente posterior à data indicada para a realização da Assembléia de Debenturistas nos termos da primeira convocação.

4.12.4. Na Assembléia de Debenturistas mencionada no item anterior, que será instalada observado o quorum previsto na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

4.12.5. Na hipótese (i) de não instalação da Assembléia de Debenturistas mencionada no item 4.12.4. acima, por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 4.12.4. acima por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.12.1. acima.

4.12.6. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração (e, no caso do item (a) da Cláusula 4.12.1 acima, da multa e dos juros moratórios, conforme item 4.13 abaixo), calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, em até 10 (dez) dias úteis contados de comunicação nesse sentido, a ser enviada pelo Agente



Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar a Emissora obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 4.13. abaixo, que, na hipótese prevista do item (a) da Cláusula 4.12.1. acima, serão calculados desde a data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados.

4.13. Multa e Juros Moratórios

4.13.1. Ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); (ii) juros moratórios à taxa de 1% (hum por cento) ao mês e (iii) incidência da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a data em que o pagamento era devido até a data do efetivo pagamento pela Emissora.

4.14. Atraso no Recebimento dos Pagamentos

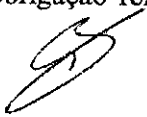
4.14.1. Sem prejuízo do disposto no Cláusula 4.13. supra, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.15. Local de Pagamento

4.15.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CBLC, para as Debêntures registradas no BOVESPA FIX; ou (ii) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CBLC ou CETIP terão os seus pagamentos realizados junto ao Banco Mandatário.

4.16. Prorrogação dos Prazos

4.16.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação relativa às Debêntures, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento



15



coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de Osasco, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, pela CBLC ou pelo Banco Mandatário, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.17. Publicidade

4.17.1. Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser veiculados, na forma de avisos, nos jornais utilizados pela Emissora para a realização de suas publicações.

4.18. Subscrição e Integralização

4.18.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização.

4.18.2. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.

4.19. Liquidez e Estabilização

4.19.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.20. Imunidade de Debenturistas

4.20.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.21. Constituição da Garantia Real das Debêntures



16



4.21.1. As Debêntures têm garantia real, no valor total, na Data de Emissão, de R\$ 129.021.945,62 (cento e vinte e nove milhões, vinte e um mil, novecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e dois centavos), representada pelo penhor de 1º grau de: (i) ações de emissão da Fosfertil – Fertilizantes Fosfatados S.A. (“Fosfertil”) de titularidade da Emissora; (ii) ações de emissão da Fosfertil de titularidade da Benspar; e (iii) ações de emissão da Fertifos Administração e Participação S.A. (“Fertifos”) de titularidade da Emissora (em conjunto, as “Ações Gravadas”).




4.21.1.1. O penhor das Ações Gravadas foi constituído e devidamente formalizado nos termos de Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças, celebrado entre a Emissora, a Benspar e o Agente Fiduciário em 27 de setembro de 2005 (“Contrato de Penhor de Ações”).

4.21.2. A Emissora e a Benspar neste ato declaram que as Ações Gravadas estão livres e desembaraçadas de qualquer ônus ou gravame, exceto pelo penhor de dividendos constituído em garantia das obrigações pecuniárias relativas às debêntures da 3ª emissão da Emissora (“3ª Emissão”), nos termos do “Contrato de Penhor de Direitos de Recebimento de Dividendos e Outras Avenças”, celebrado em 27 de outubro de 2003, por meio do qual a Emissora e a Benspar empenharam em 1º grau, em favor dos titulares das debêntures da 3ª Emissão, seus direitos, na qualidade de acionistas da Fosfertil e da Fertifós, ao recebimento de eventuais dividendos que vierem a ser declarados pelas mesmas.

4.21.3. As Ações Gravadas deverão representar, no mínimo, 130% (cento e trinta por cento) do Valor Nominal não amortizado das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* nos termos desta Escritura de Emissão (“Valor Mínimo da Garantia”).

4.21.4. Na hipótese do valor total das Ações Gravadas corresponder, em qualquer Avaliação Trimestral a valor inferior ao Valor Mínimo da Garantia, a Emissora e a Benspar deverão apresentar reforço da garantia real, nos termos do Contrato de Penhor de Ações, mediante a entrega de outras ações de emissão da Fosfertil e/ou da Fertifós, a exclusivo critério da Emissora, na quantidade que seja necessária para se restabelecer o Limite Mínimo da Garantia.

4.21.5. Na hipótese da Emissora e/ou da Benspar não possuírem ações suficientes para reforçar a garantia real, nos termos do item 4.21.4., poderão ser apresentados outros bens de titularidade da Emissora e/ou da Benspar, passíveis de avaliação, mediante aprovação



17


de Debenturistas, reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em Circulação.

4.22. Da Garantia Adicional das Debêntures

4.22.1. Como garantia adicional do fiel e pontual pagamento das Debêntures, a Emissora e a Benspar empenharam em 2º grau em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, seus direitos, na qualidade de acionistas da Fosfertil e da Fertifós, ao recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio que vierem a ser declarados pelas referidas sociedades (em conjunto, os “Dividendos”).

4.22.2. O penhor de 2º grau dos direitos de recebimento de Dividendos será transformado em penhor de 1º grau imediatamente após o pagamento dos valores devidos pela Emissora em virtude da 3ª Emissão.

4.22.3. Tal garantia adicional foi constituída e devidamente formalizada nos termos do Contrato de Penhor de Direitos de Recebimento de Dividendos e Outras Avenças celebrado entre a Emissora, a Benspar e o Agente Fiduciário em 27 de setembro de 2005 (“Contrato de Penhor de Dividendos”).

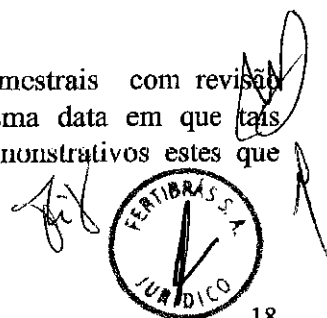
4.22.4. A excussão do penhor dos direitos de recebimento de Dividendos somente será realizada após a excussão das Ações Gravadas e na hipótese de (i) não ocorrer a entrega de novas ações de emissão da Fosfertil e/ou da Fertifós nos termos do Contrato de Penhor de Ações, ou (ii) ocorridos os últimos leilões a que se refere a Cláusula Terceira do referido contrato e não sendo arrematadas as Ações Gravadas ou, em sendo arrematadas as Ações Gravadas, o produto obtido com a venda das Ações Gravadas ainda não for suficiente para saldar os valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão.

Cláusula Quinta – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) cópia de seus demonstrativos financeiros trimestrais com revisão limitada pela empresa de auditoria, na mesma data em que tais demonstrativos forem entregues à CVM, demonstrativos estes que



18



serão preparados de acordo com a regulamentação brasileira e os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

- (ii) cópia de seus demonstrativos financeiros anuais completos, na mesma data em que tais demonstrativos forem entregues à CVM, acompanhados de parecer dos auditores independentes demonstrativos estes que serão preparados de acordo com a regulamentação brasileira e os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhados de correspondência contendo demonstrativo de cálculo dos limites estabelecidos no item 5.4 (i), (ii) e (iii);
 - (iii) com a maior brevidade possível, qualquer informação que, razoavelmente, lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário;
 - (iv) as informações pertinentes à Instrução CVM nº. 400/03, com a mesma periodicidade prevista para o envio destas informações à CVM;
 - (v) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.17 acima;
- (b) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
- (c) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta na CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 202 de 06 de dezembro de 1993 e disponibilizar aos seus acionistas e Debenturistas, as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações;
- (d) manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (e) convocar, nos termos da Cláusula Sétima abaixo, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;



- (f) convocar, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, Assembleia Geral de Debenturistas na ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.12.1. da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão;
- (g) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (h) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (i) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que: (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
- (j) manter válidos e em vigor todos os seguros sobre os ativos da Emissora descritos nos Prospectos de que trata o item 8.1. (h) da Cláusula Oitava desta Escritura de Emissão, existentes na Data de Emissão, desde que as condições para a contratação ou renovação das apólices de seguros desses bens, notadamente no que se refere à proporcionalidade entre o valor do prêmio e o valor do bem segurado, sejam similares às condições vigentes, na data da celebração desta Escritura de Emissão, para a contratação de seguro para os referidos bens;
- (k) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social e a esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante a comunhão dos Debenturistas;
- (l) cumprir em todos os aspectos todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (m) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, Agência de Rating, Banco Mandatário, Agente Escriturador e Mandatário (de que trata o item 3.7. da Cláusula Terceira desta Escritura de Emissão), Agente Fiduciário e sistemas de negociação no mercado secundário (SND e BOVESPA FIX);



(n) durante todo o prazo de vigência das Debêntures, dar ampla divulgação ao mercado ou permitir que a Agência de Rating referida acima dê ampla divulgação ao mercado de relatório atualizado, pelo menos anualmente, com a classificação de risco das Debêntures;

(o) informar ao Agente Fiduciário a ocorrência de qualquer evento previsto no 4.12.1. acima no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir de sua ocorrência;

(p) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;

(q) cumprir com todos os termos e condições do Contrato de Penhor de Ações a que se refere o item 4.21. da Cláusula Quarta acima e do Contrato de Penhor de Dividendos a que se refere o item 4.22. da Cláusula Quarta acima;

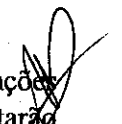


(r) aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito no item 3.4.1. acima, bem como informar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos referidos recursos.

5.2. As despesas a que se refere o item 5.1. (p). acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;

b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Junta de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;

c) despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que os valores relativos a essas despesas estarão limitados àqueles atribuídos pela Emissora aos seus próprios empregados, para suas viagens e hospedagem;

d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

5.2.1. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma do item 5.1.(p) desta Cláusula Quinta, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

5.3. A Emissora declara não haver qualquer ligação entre ela e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções.

5.4. A Emissora deverá manter, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, os seguintes Índices e Limites (os "Índices e Limites"):

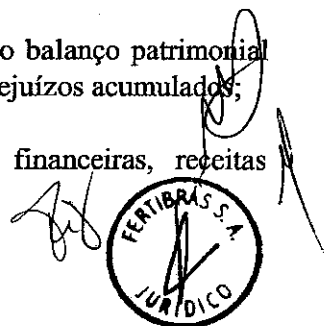

- i) a razão entre dívida líquida e patrimônio líquido deve ser igual ou inferior a 1,35;
- ii) a razão entre EBITDA e despesa financeira líquida deve ser igual ou superior a 2,0; e
- iii) a razão entre EBTIDA e dívida líquida deve ser igual ou superior a 0,18.

5.4.1. Para os fins do disposto no item 5.4 acima:

(i) *Dívida líquida* significa o somatório dos empréstimos, financiamentos (excluídos fornecedores internacionais) e debêntures, presentes tanto no passivo circulante quanto no exigível a longo prazo, e garantias prestadas pela Emissora, subtraído das disponibilidades (caixa, bancos, aplicações financeiras e dividendos a receber em períodos subsequentes que tenham sido declarados por empresas controladas e coligadas);

(ii) *Patrimônio líquido* é o patrimônio líquido apurado no balanço patrimonial da Emissora, composto do capital social, reservas e lucros ou prejuízos acumulados;

(iii) *EBITDA* é o lucro da Emissora antes das despesas financeiras, receitas financeiras, depreciação, amortização e impostos; e

(iv) *Despesa financeira líquida* significa despesas financeiras menos receitas financeiras (excluídos os efeitos da variação monetária ativa e passiva), conforme apurado nas demonstrações de resultado da Emissora.

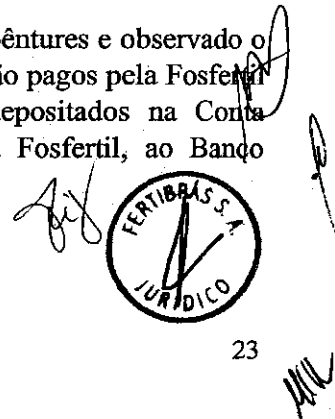


5.4.2. Os Índices e Limites estabelecidos acima serão apurados pelo Agente Fiduciário com base nas informações financeiras não consolidadas da Emissora. Os Índices e Limites definidos no item 5.4. (i), (ii) e (iii) serão apurados anualmente, nas datas de divulgação das Demonstrações Financeiras Padronizadas da Emissora à CVM.

5.5. Se a Emissora estiver por mais de 10 (dez) dias em mora relativamente ao pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, e for declarado o vencimento antecipado das Debêntures nos termos da Cláusula 4.12. desta Escritura de Emissão, observado o disposto no item 4.22.4 acima, recebimentos referentes ao pagamento de Dividendos que venham a ser declarados pela Fosfertil e pela Fertifos, em benefício da Emissora e da Benspar, a partir da Data de Emissão e até a data em que todas as obrigações pecuniárias da Emissora sejam cumpridas nos termos desta Escritura de Emissão, serão, após satisfeitas as obrigações relativas à 3ª Emissão, direcionados para uma conta vinculada de titularidade do Agente Fiduciário na qualidade de representante dos debenturistas ("Conta Vinculada"), até os limites das obrigações da Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão.

5.5.1. O Agente Fiduciário providenciará a abertura da Conta Vinculada no momento de declaração de vencimento antecipado das Debêntures. A Conta Vinculada será de titularidade do Agente Fiduciário, mantida junto ao Banco Itaú S.A., e terá como única finalidade receber pagamentos de Dividendos na hipótese de declaração de vencimento antecipado das Debêntures.

5.5.1.1. A Emissora expressamente declara conhecer e concordar com o fato de que somente o Agente Fiduciário terá poderes para movimentar a Conta Vinculada, de forma a proceder aos pagamentos dos valores eventualmente devidos pela Emissora aos titulares de Debêntures, na forma estabelecida abaixo.

5.5.2. Na hipótese de declaração de vencimento antecipado das Debêntures e observado o disposto no item 4.22.4. acima, os Dividendos declarados e ainda não pagos pela Fosfertil serão, após satisfeitas as obrigações relativas à 3ª Emissão, depositados na Conta Vinculada pela instituição custodiante das ações de emissão da Fosfertil, ao Banco Bradesco S.A.



23


5.5.3. Na hipótese de declaração de vencimento antecipado das Debêntures e observado o disposto no item 4.22.4. acima, os Dividendos declarados e ainda não pagos pela Fertifos serão depositados na Conta Vinculada pela Fertifos, tendo em vista que as ações de emissão da Fertifos são nominativas.

5.5.4. Nas hipóteses descritas nos itens 5.5.2. e 5.5.3. acima, recebimentos referentes ao pagamento de Dividendos passarão a ser depositados, cumulativamente, na Conta Vinculada, sendo que, a cada R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) que venham a ser depositados na Conta Vinculada, o Agente Fiduciário deverá realizar pagamentos referentes às Debêntures, líquidos do valor da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras ("CPMF") devida em razão da transferência dos referidos recursos em favor dos Debenturistas e/ou quaisquer outros tributos que incidam ou venham a incidir sobre tais recursos.

5.5.5. Os pagamentos que venham a ser realizados aos Debenturistas na forma prevista no item 5.5.4. acima serão realizados a todos os titulares de Debêntures na mesma proporção e serão deduzidos do valor total devido pela Emissora aos titulares das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

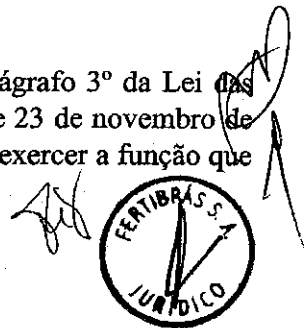
5.5.6. O mecanismo de direcionamento de recursos de que trata esse item 5.5 será cancelado a partir do momento em que todas as obrigações pecuniárias da Emissora tenham sido cumpridas, nos termos desta Escritura de Emissão.

Cláusula Sexta – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

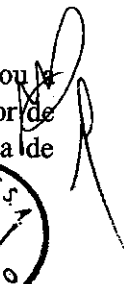


6.1. A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos titulares das Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara, sob as penas da lei:

a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM n.º 28 de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução da CVM n.º 28/1983") para exercer a função que lhe é conferida;



- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- c) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- e) estar ciente da Circular n.º 1.832/1990, do Banco Central do Brasil, conforme alterada;
- f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo satisfeito todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28/1983;
- h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- i) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exeqüível de acordo com os seus termos e condições;
- j) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- k) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- l) que verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto no item 3.5. da presente Escritura de Emissão; e
- m) que nos termos do artigo 12, IX da Instrução CVM n.º 28/1993, verificou a regularidade da constituição, eficiência e exeqüibilidade (i) da garantia de penhor de ações, constituída por meio do Contrato de Penhor de Ações, e (ii) da garantia de



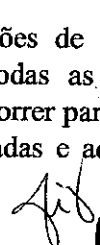




penhor de direitos de recebimento de Dividendos, constituída por meio do Contrato de Penhor de Dividendos.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até o vencimento final das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a seguinte remuneração, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão:


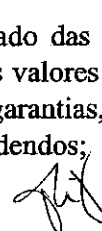
- a) parcelas trimestrais de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), sendo a 1ª (primeira) devida no 5º (quinto) dia útil seguinte à data de assinatura desta Escritura de Emissão e as demais devidas nos mesmos dias dos trimestres subsequentes, até o vencimento das Debêntures, observado o disposto no item (b) abaixo;
- b) as parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente, desde a data de pagamento da primeira parcela de remuneração nos termos do item (a) acima, com base no Índice Geral de Preços – Mercado, acumulado no respectivo período, ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo;
- c) a remuneração do Agente Fiduciário será acrescida dos seguintes impostos, nas alíquotas vigentes à época de cada pagamento: ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que vierem a incidir sobre a remuneração, nas alíquotas vigentes à época de cada pagamento, excetuado o Imposto sobre a Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de responsabilidade do Agente Fiduciário;
- d) a remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas por este incorridas no exercício de suas funções e no cumprimento dos seus deveres, que serão reembolsadas pela Emissora na forma da Cláusula Quinta acima, desde que devidamente comprovadas; e
- e) em caso de inadimplemento pela Emissora das obrigações de pagamento aos Debenturistas estabelecidas nesta Escritura de Emissão, todas as despesas com procedimentos legais em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos



Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. As despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer inadimplente com relação aos pagamentos devidos nos termos da presente Escritura de Emissão por um período superior a 60 (sessenta) dias.

6.5. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Penhor de Ações e no Contrato de Penhor de Dividendos, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

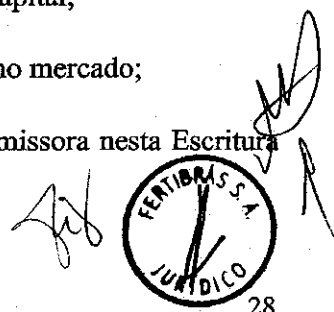
- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, do Contrato de Penhor de Ações e no Contrato de Penhor de Dividendos nos órgãos competentes, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- f) promover, na hipótese da declaração do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão, ou do não pagamento dos valores devidos em virtude das Debêntures na Data de Vencimento, a excussão das garantias, nos termos do Contrato de Penhor de Ações e do Contrato de Penhor de Dividendos;



27



- g) providenciar a abertura de Conta Vinculada imediatamente após a declaração do vencimento antecipado das Debêntures;
- h) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- i) solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da Emissora;
- j) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- k) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- l) comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- m) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, letra "b", da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:
- m.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - m.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - m.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - m.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - m.5) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão; e



m.6) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;

n) colocar o relatório de que trata o item anterior à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

n.1) na sede da Emissora;

n.2) na sede do Agente Fiduciário;

n.3) na CVM;

n.4) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e

n.5) nas instituições financeiras que liderarem a colocação das Debêntures.

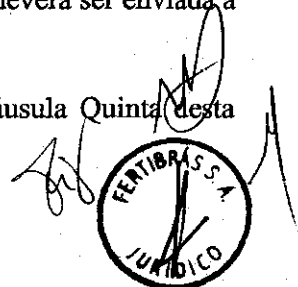
o) publicar, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;

p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante inclusive, solicitação de informações junto à Emissora e ao Banco Mandatário previsto no item 3.7. desta Escritura de Emissão;

q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;

r) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da ocorrência do evento, de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM;

s) apurar os Índices e Limites estabelecidos no item 5.4. da Cláusula Quinta desta Escritura de Emissão;



t) realizar as Avaliações Trimestrais de que trata o item 4.21.4 da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão; e

u) verificar a regularidade da constituição das garantias das Debêntures, de que trata o item 4.6. da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade.

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;

b) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;

c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas, inclusive a execução do Contrato de Penhor de Ações; e,

d) representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto nos itens 4.12.2 a 4.12.4 da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “a” a “c” acima, se a Assembléia de Debenturistas assim autorizar nos termos do disposto no item 4.12.4. Na hipótese da alínea “d”, bastará a aprovação de Debenturistas representando a maioria das Debêntures em Circulação.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção ou qualquer outro caso de vacância na função de Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembléia de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo



30



certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

6.7.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela trimestral devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembléia Geral de Debenturistas.

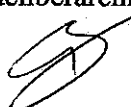
6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM.

6.7.5. A substituição em caráter permanente do Agente Fiduciário, deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCESP.

6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

Cláusula Sétima – DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

7.1. Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.



31


7.2. A Assembléia de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação no mercado, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembléia de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, para a Assembléia Geral de Acionistas.

7.4. A Assembléia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.




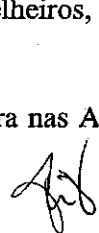
7.5. Nas deliberações da Assembléia de Debenturistas, que serão tomadas pela maioria dos presentes, observado o disposto nos itens 7.6. e 7.7. abaixo, cada Debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não.

7.6. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.12.3. da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão, bem como toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive a renúncia, alteração ou revisão dos Índices e Limites previstos no item 5.4. dependerá da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

7.7. A alteração do prazo de vigência das Debêntures, da Remuneração e das garantias das Debêntures dependerá da aprovação de Debenturistas que representem 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação. O disposto nesse item não se aplica às deliberações da Assembléia de Debenturistas de que trata o item 4.8.7. desta Escritura de Emissão, as quais serão tomadas por Debenturistas titulares de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

7.8. Para efeito da constituição do quorum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Escritura de Emissão, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria e as Debêntures de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros, e respectivos cônjuges.

7.9. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembléias de Debenturistas.

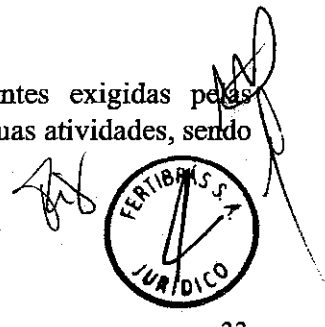




7.10. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES

8.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- a) é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações com registro de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;
- b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- d) a celebração desta Escritura de Emissão, a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (a) qualquer contrato ou documento do qual a Emissora (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) qualquer lei, decreto, regulamento a que a Emissora (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- e) a Emissora tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;



33


f) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

g) as Demonstrações Financeiras da Emissora, datadas de 30 de junho de 2005, representam corretamente a posição financeira da Emissora naquela data e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil;

h) o prospecto preliminar e o prospecto definitivo de distribuição das Debêntures (os "Prospectos") contêm e conterão, na data de início da distribuição das Debêntures: (i) todas as informações relevantes em relação à Emissora no contexto da presente Emissão e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, (ii) as declarações contidas nos Prospectos em relação à Emissora são verdadeiras e corretas e não enganosas ou inverídicas, (iii) as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas nos Prospectos em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis, (iv) não há fatos relativos à Emissora ou relativos às Debêntures não divulgados nos Prospectos cuja omissão, no contexto desta emissão, faça com que alguma declaração relevante dos Prospectos seja incorreta, enganosa ou inverídica, e (v) todos os esforços foram feitos pela Emissora para assegurar que as declarações, informações e fatos descritos nos Prospectos em relação à Emissora são verdadeiros;

i) exceto pelas contingências informadas nos Prospectos, não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral ou inquérito, dos quais a Emissora tenha conhecimento, que possa vir a causar impacto adverso na Emissora, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades; e

j) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições.

8.2. O Agente Fiduciário declara que:



- a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- b) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- c) esta Escritura de Emissão constitui obrigação do Agente Fiduciário exeqüível de acordo com os seus termos e condições.

Cláusula Nona – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Fertibrás S.A.
Avenida Henry Ford, n.º 803
CEP 06210-108
Osasco – SP
Tel.: (11) 3685-8565
Fax.: (11) 3654-0499
At.: Sr. Wladimir Antonio Puggina
e-mail: puggina@fertibras.com.br

Para a Benspar:

Benspar S.A.
Avenida Henry Ford, n.º 803
CEP 06210-108
Osasco – SP
Tel.: (11) 3685-8565
Fax.: (11) 3654-0499
At.: Sr. Wladimir Antonio Puggina
e-mail: puggina@fertibras.com.br



Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Av. das Américas, nº
4.200, Bl. 04, Sala 514
CEP: 22640-102
Rio de Janeiro - RJ
Tel. (21) 3385-4565
Fax. (21) 3385-4046
At.: Sr. Maurício Ribeiro
e-mail: mribeiro@pentagonotruster.com.br

Para o Banco Mandatário e Agente Escriturador:

Banco Itaú S.A.
Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, 9º andar
04344-902 - São Paulo - SP
Tel.: (11) 5029-1605
Fax: (11) 5029-1917
At.: Sr. José Nilson Cordeiro
e-mail: jose-nilson.cordeiro@itau.com.br

9.2. Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados entregues quando recebidos, conforme o caso, sob protocolo ou com "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via fac-símile ("answer back"), via e-mail ou por qualquer outro meio de transmissão eletrônica. Para os fins aqui previstos, será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile, e-mail ou outro meio de transmissão eletrônica ainda que emitida pela parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação.

9.3. Os originais dos documentos enviados por fac-símile ou por e-mail deverão ser encaminhados para os endereços acima em 24 (vinte e quatro) horas após o envio da mensagem.

Cláusula Décima – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



36

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso em exercer, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

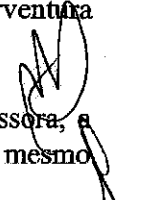



10.4. Esta Escritura de Emissão constitui título executivo extrajudicial nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito do Agente Fiduciário declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão.

Cláusula Onze – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente instrumento a Emissora, a Benspar e o Agente Fiduciário, em 4 (quatro) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 27 de setembro de 2005.





37

FERTIBRÁS S.A.

Nome: Wladimir A. Pugina
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE

Nome: Fernando Benediti Figueiredo
Cargo: DIRETOR

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome: Marcelo da Costa Ribeiro
Cargo: PROCURADOR

Nome: _____
Cargo: _____

BENSPAR S.A.

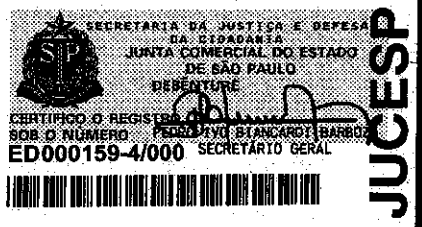
Nome: Wladimir A. Pugina
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE

Nome: Wilson Alves de Araujo
Cargo: DIRETOR

TESTEMUNHAS:

Nome: Helena Maria P. Ferraz
CPF: 146.273.998-98

Nome: Milton Araujo Branquinho
CPF: 697.299.648-15



JUCESP

